

## PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Como elaborar a proposta de intervenção para o problema abordado?

### Articulação com a tese e com os argumentos

A proposta deve ser coerente com a tese desenvolvida e com os argumentos utilizados, já que expressa sua visão, como autor, das possíveis soluções para a questão discutida.

### Respeito aos direitos humanos

Além disso, é necessário também, ao idealizar sua proposta de intervenção, respeitar os direitos humanos, ou seja, não romper com os valores de cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural.

### Agente(s)

A proposta de intervenção deve refletir os conhecimentos de mundo de quem a redige e, quando muito bem elaborada, deve conter não apenas a exposição da ação interventiva sugerida, mas também o ator social competente para executá-la, de acordo com o âmbito da ação escolhida: individual, familiar, comunitário, social, político, governamental e mundial.

### Meio(s)

Além disso, a proposta de intervenção deve conter o meio de execução da ação e seu possível efeito, bem como o detalhamento da ação ou do meio para realizá-la. Ao redigir seu texto, evite propostas vagas ou muito genéricas; busque ações mais concretas, mais específicas ao tema e consistentes com o desenvolvimento de suas ideias. Antes de elaborar sua proposta, procure responder às seguintes perguntas:

O que é possível apresentar como proposta de intervenção para o problema abordado pelo tema?

Quem deve executá-la?

Como viabilizar essa proposta?

Qual efeito ela pode alcançar?

**O seu texto será avaliado, portanto, com base na composição e no detalhamento da proposta que você apresentar:**

**200 pontos:** Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.

**160 pontos** Elabora bem proposta de intervenção, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.

**120 pontos** Elabora de forma mediana proposta de intervenção, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.

**80 pontos** Elabora de forma insuficiente proposta de intervenção, relacionada ao tema ou não articulada à discussão desenvolvida no texto.

**40 pontos** Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.

**0 ponto** Não apresenta proposta de intervenção

### Fonte:

Cartilha de redação do Enem

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2017/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf)

### (Enem 2016) Proposta de Redação

#### Texto I

Em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais etc.

Disponível em: [www.mprj.mp.br](http://www.mprj.mp.br). Acesso em: 21 maio 2015 (fragmento).

#### Texto II

O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. *Jornal do Senado*. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

#### Texto III

### CAPÍTULO I

#### Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso

#### Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo

Art. 208 – Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto

religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena – detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único – Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

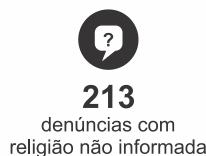
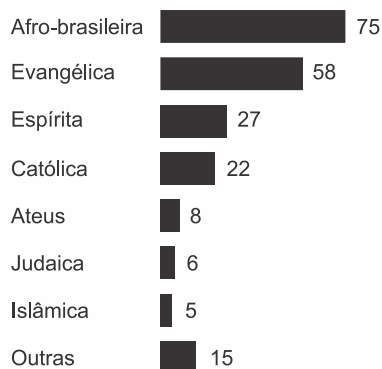
BRASIL. *Código Penal*. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

## Texto IV

### Intolerância Religiosa no Brasil

Fiéis de religiões afro-brasileiras são as principais vítimas de discriminação

Número de denúncias por religião (2011 a 2014\*)



\*Até jul. 2014

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República  
Disponível em: [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br). Acesso em: 31 maio 2016 (adaptado).

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**\*\*\*Redações nota 1000\*\*\***

Redação de Jordana Bottin Ecco

### Prática religiosa um direito de todos

A curiosidade humana acerca do desconhecido e a sua incapacidade de explicá-lo através da razão fez com que, desde os primórdios, o homem atribuísse acontecimentos do seu cotidiano à vontade de seres sobrenaturais. Apesar dos avanços científicos e de suas respostas lógicas para fatos da realidade, as crenças em divindades perpassaram a história e continuam muito presentes nas sociedades, talvez por suprirem a necessidade humana de reconforto, talvez por levarem à transcendência espiritual. Atualmente, a grande diversidade religiosa existente traz a possibilidade de escolha a cada cidadão e essa liberdade é, ou deveria ser, garantida a todos os membros de uma população. Contudo, práticas de intolerância religiosa vêm impedindo um número cada vez maior de pessoas de exercitarem tal direito, ferindo sua dignidade e devendo, portanto, serem combatidas veementemente.

O contexto histórico brasileiro indubitavelmente influencia essa questão. A colonização portuguesa buscou catequizar os nativos de acordo com a religião europeia da época: a católica. Com a chegada dos negros africanos, décadas depois, houve repressão cultural e, conseqüentemente, religiosa que, infelizmente, perpetua até os dias de hoje. Prova disso é o caso de uma menina carioca praticante do candomblé que, em junho de 2015, foi ferida com pedradas, e seus acompanhantes, alvos de provocações e xingamentos. Ainda que a violência verbal, assim como a física, vá contra a Constituição Federal, os agressores fugiram e, como em outras ocorrências, não foram punidos.

Além disso, é importante destacar que intolerância religiosa é crime de ódio: não é sobre ter a liberdade de expressar um descontentamento ou criticar certa crença, mas sim sobre a tentativa de imposição, a partir da agressão, de entendimentos pessoais acerca do assunto em detrimento dos julgamentos individuais do outro sobre o que ele acredita ser certo ou errado para sua própria vida. Tal visão etnocêntrica tem por consequência a falta de respeito para com o próximo, acarretando em episódios imprescritíveis e humilhantes para aqueles que os vivenciam.

Conclui-se, então, que o combate à discriminação religiosa é de suma importância para que se assegure um dos direitos mais antigos a todas as pessoas e, por conseguinte, seu bem-estar. Para isso, é preciso que os órgãos especializados, em parceria às delegacias de denúncia, ajam de acordo com a lei, investigando e punindo os agressores de

forma adequada. Ademais, o governo deve promover campanhas contra condutas de intolerância e as escolas devem gerar debates, informando seus alunos sobre o tema e desconstruindo preconceitos desde cedo. Por fim, a mídia pode abordar a intolerância religiosa como assunto de suas novelas, visto que causa forte impacto na vida social. Assim, o respeito será base para a construção de um Brasil mais tolerante e preocupado com a garantia dos direitos humanos de sua população.

#### Comentários

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há apenas dois desvios ao longo do texto: a regência de acarretar no 3º parágrafo – “acarretando em episódios” – e de parceria no último parágrafo – “em parceria às delegacias”. Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a participante apresenta tese, desenvolvimento de justificativas que comprovem essa tese e conclusão. Ou seja, a participante apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: já no primeiro parágrafo, trata-se tanto da intolerância religiosa quanto da necessidade de combatê-la. Observa-se a presença de repertório sociocultural no 2º parágrafo, quando a participante aponta o contexto histórico de colonização no Brasil. Destaca-se o uso produtivo dessa informação, uma vez que ela está articulada à discussão apresentada no texto. Percebe-se também, ao longo da redação, a presença de projeto de texto estratégico, que se configura na organização e no desenvolvimento do texto. A participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada para defender seu ponto de vista de que, apesar da grande diversidade de religião e da necessidade de garantir a liberdade à população, a intolerância impede essa garantia e deve ser combatida. Em relação à coesão, encontra-se, nesta redação, repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação entre os parágrafos (“essa questão”, “além disso”, “então”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “explicá-lo”, “apesar de”, “contudo”; 2º parágrafo: “disso”, “assim como”; 3º parágrafo: “mas sim”, “tal”; 4º parágrafo: “por conseguinte”, “para isso”, “ademais”, “por fim”, “visto que”, “assim”). Além disso, a participante elabora excelente proposta de intervenção, concreta, detalhada e que respeita os direitos humanos: ela propõe a investigação e a punição dos agressores de forma adequada, a promoção de campanhas e debates e, por fim, a divulgação do assunto pela mídia.

#### Redação de Giovanna Tami Soares Takahashi

Segundo a atual Constituição Federal, o Brasil é um país de Estado laico, ou seja, a sociedade possui o direito de exercer qualquer religião, crença ou culto. Entretanto, essa liberdade religiosa encontra-se afetada, uma vez que é notório o crescimento da taxa de violência com relação à falta de tolerância às diferentes crenças. Assim, diversas medidas precisam ser tomadas para tentar combater esse problema, incitando uma maior atenção do Poder Público, juntamente com os setores socialmente engajados, e das instituições formadoras de opinião.

Nesse contexto, vale ressaltar que a intolerância religiosa é um problema existente no Brasil desde séculos passados. Com a chegada das caravelas portuguesas, as quais trouxeram os padres jesuítas, os índios perderam a sua liberdade de crença e foram obrigados, de maneira violenta, a se converter ao catolicismo, religião a qual era predominante na Europa. Além disso, os africanos escravizados que aqui se encontravam também foram impedidos de praticar seus cultos religiosos, sendo punidos de forma desumana caso desrespeitassem essa imposição. Atualmente, constata-se que grande parcela da população brasileira herdou essa forma de pensar e de agir, tratando pessoas que acreditam em outras religiões de maneira desrespeitosa e, muitas vezes, violenta, levando instituições públicas e privadas à busca de soluções para reverter isso.

Sob esse viés, ressalta-se que algumas ações já foram realizadas, como a criação da lei de proteção ao sentimento religioso e à prática de diferentes cultos. Entretanto, as medidas tomadas até então não são suficientes para inibir essa problemática, uma vez que a fraca punição aos criminosos e a falta de conscientização da sociedade são alguns dos principais motivos que ocasionam a persistência de atos violentos em decorrência da intolerância religiosa. Outrossim, a falta de comunicação dos pais e das escolas com os jovens sobre esse assunto é um agravante do problema, aumentando as possibilidades destes agirem de maneira desrespeitosa.

Diante disso, para combater a intolerância religiosa, cabe ao Governo intensificar esforços, criando leis específicas e aumentando o tempo de punição para quem comete qualquer tipo de violência devido à religião. Ademais, é necessária a criação de campanhas midiáticas governamentais de conscientização, com o apoio da imprensa socialmente engajada, e a divulgação destas através dos diversos meios de comunicação e das redes sociais, que mostrem a importância do respeito à liberdade de escolha e às diferentes crenças, uma vez que o Brasil é um país com inúmeros grupos e povos, cada um com seus costumes. Além disso, a participação das instituições formadoras de opinião é de grande importância para a educação dos jovens com relação ao respeito às diferentes religiões, com as escolas realizando palestras e seminários sobre o assunto e as famílias intensificando os diálogos em casa.

## Comentários

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há apenas desvio pontual em “aumentando as possibilidades destes agirem de maneira desrespeitosa” uma vez que, por ser sujeito da oração seguinte, o pronome “estes” deveria vir separado da preposição “de”: “aumentando as possibilidades de estes agirem de maneira desrespeitosa”. Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a participante apresenta tese, desenvolvimento de justificativas que comprovem essa tese e conclusão. Ou seja, a participante apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: já no primeiro parágrafo, trata-se tanto da intolerância religiosa quanto dos caminhos para combatê-la, os quais serão desenvolvidos ao longo do texto. Observa-se no texto a presença de repertório sociocultural no 2º parágrafo, em que a participante faz referência ao contexto histórico de conversão ao catolicismo dos índios e dos africanos escravizados no Brasil. Percebe-se, ao longo da redação, a presença de projeto de texto estratégico, que se configura na organização e no desenvolvimento do texto. A participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada para defender seu ponto de vista de que a liberdade religiosa está afetada e são necessárias medidas do poder público e das instituições formadoras de opinião. Há também, nesta redação, repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação entre os parágrafos (“nesse contexto”, “sob esse viés”, “diante disso”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “ou seja”, “entretanto”, “essa”, “uma vez que”, “assim”; 2º parágrafo: “as quais”, “além disso”, “atualmente”; 3º parágrafo: “entretanto”, “uma vez que”, “outrossim”; 4º parágrafo: “ademais”, “além disso”). Por fim, a participante elabora excelente proposta de intervenção, concreta, detalhada e que respeita os direitos humanos. As propostas apresentadas têm como agentes a sociedade e o Estado, como a participante já havia adiantado na apresentação de sua tese.

### Alguns Recortes Temáticos

	ENEM PPL (para Pessoas Privadas de Liberdade)
A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira	A família contemporânea e o que ela representa para a sociedade
Publicidade infantil em questão no Brasil	Ajuda humanitária
Efeitos da implantação da lei seca no Brasil	Cultura e mudança social
O movimento migratório para o Brasil no século XXI	O grupo fortalece o indivíduo?
O trabalho na construção da dignidade humana	Cooperativismo como alternativa social
O indivíduo frente à ética nacional	“O que o fenômeno social dos ‘rolezinhos’ representa?”
O desafio de conviver com a diferença	O histórico desafio de se valorizar o professor
Caminhos para combater o racismo no Brasil	

## Proposta de dissertação (Modelo ENEM)

Com base na leitura dos textos seguintes, redija um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, em prosa, sobre o tema ***Caminhos para combater o preconceito contra a diversidade sexual no Brasil***. Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação. Depois de selecionar, organizar e relacionar os argumentos, fatos e opiniões apresentados em defesa de seu ponto de vista, elabore uma **proposta de intervenção social** que respeite os direitos humanos.

### 01) Homofobia, Lesbofobia e Transfobia

Ocorre Homofobia (ou LGBTfobia) quando alguma pessoa sofre constrangimento, discriminação ou qualquer tipo de violência por ser julgada lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual ou transgênero (L, G, B ou T), não importando se realmente é, ou se o agressor apenas imagina que é.

A Homofobia nasce do preconceito contra a diversidade sexual, pois as vítimas pertencem a diferentes grupos minoritários de orientação sexual (lésbicas, gays e bissexuais) ou de identidade de gênero (travestis, transexuais, intersexuais, transgêneros).

Usa-se às vezes a palavra Transfobia para o preconceito por identidade de gênero, e Lesbofobia para o preconceito dirigido especificamente a lésbicas, porém está consagrado pelo uso que Homofobia pode se referir a qualquer uma dessas modalidades, além do preconceito específico contra gays.

A Homofobia pode se manifestar sob as mais diversas formas, como:

- injúria (palavras ofensivas);
- recusa ou diferença de atendimento em serviços públicos ou privados (p.ex. em delegacias, hospitais, comércio);
- recusa de emprego;
- Assédio Moral, Bullying
- Violência Física em vários graus, até o assassinato.

Disponível em <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/homofobia-lesbofobia-e-transfobia>. Acessado em 17/10/2017)

02) Os travestis, transexuais e os transgêneros são as maiores vítimas de homofobia dentre a comunidade LGBT; segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos as mulheres trans são os maiores alvos, somando 73%, resultando em uma expectativa de vida de apenas 35 anos de idade (a média geral brasileira é de 75 anos). Já segundo a Associação Nacional dos Travestis e dos Transexuais, 90% destas pessoas se prostituem, um número diretamente ligado à evasão escolar, exclusão social e desemprego. (disponível em <https://www.infoenem.com.br/possiveis-temas-redacao-enem-2017-comunidade-lgbt/>, acessado em 17/10/2017).

03) Como o presente não nos faz crer que essa ordem natural vá se modificar, por que é tão difícil aceitarmos a riqueza da biodiversidade sexual de nossa espécie? Por que insistimos no preconceito contra um fato biológico inerente à condição humana? Em contraposição ao comportamento adotado em sociedade, a sexualidade humana não é questão de opção individual, como muitos gostariam que fosse, ela simplesmente se impõe a cada um de nós. Simplesmente, é! (<http://drauziovarella.com.br/>)

04) A cada ano, no dia 17 de maio, o mundo comemora o Dia Internacional Contra a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia. Nessa data, em 1990, a Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças. [As] formas de preconceito e discriminação atingem pessoas que, de alguma maneira, descumprem normas que hoje regulam a sexualidade e o gênero na nossa sociedade. Homofobia, lesbofobia e transfobia são um conjunto de normas que dizem não só com quem você pode (ou não) se relacionar, mas também controlam jeitos de vestir, falar, andar e se comportar. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são seus alvos preferenciais, mas não são os únicos. Quando um homem heterossexual tem receio de se expressar, vestir, falar ou se comportar de um determinado jeito porque pode ser chamado de "viado", ele também está sendo coagido por essa mesma norma. [...]

Pesquisas apontam o ambiente escolar como um dos espaços principais onde discriminações e agressões acontecem. Travestis e transexuais são sistematicamente excluídos das nossas escolas. Numa pesquisa realizada durante a Parada do Orgulho LGBT no Rio de Janeiro, 40% dos/as adolescentes homossexuais entrevistados/as contaram já haver sofrido casos de discriminação dentro da escola. Na mesma pesquisa, a escola aparece em terceiro lugar como local onde acontecem discriminações e violências. [...] Essas formas de discriminação não estão só nas relações interpessoais, mas no nosso currículo, na nossa ação institucional e na nossa prática pedagógica. Pense um pouco. Qual o modelo de família que aparece nos nossos livros didáticos? Qual a reação de uma professora de educação infantil diante de um menino que escolhe a boneca para brincar? Como uma adolescente lésbica sai de uma aula sobre prevenção a DST/Aids? Como se sente uma aluna travesti quando seus professores insistem em chamá-la por um nome masculino que ela não reconhece como seu? E quando ela tem que usar o banheiro? Se você tentar responder sinceramente a estas perguntas, vai ser fácil perceber como a escola ensina uma única forma de viver a sexualidade e o gênero - e como mesmo educadores/as podem ter discursos e práticas bastante discriminatórios. Portanto, a homo/lesbo/transfobia não está só na cabeça das pessoas, mas ela se materializa nos nossos livros, nos nossos planos de aula, em muito do que a gente diz - e não diz - em sala de aula.

(Disponível em <http://diversidade.pr5.ufrrj.br>)

o5) Podemos entender a homofobia, assim como as outras formas de preconceito, como uma atitude de colocar a outra pessoa, no caso, o homossexual, na condição de inferioridade, de anormalidade, baseada no domínio da lógica heteronormativa, ou seja, da heterossexualidade como padrão, norma. A homofobia é a expressão do que podemos chamar de hierarquização das sexualidades. (<http://brasilecola.uol.com.br>)

o6) Violência homofóbica: Brasil tem 5 denúncias por dia, mas números reais são muito maiores, diz relatório. "As violências ocorridas cotidianamente contra os LGBT [são] infelizmente muito mais numerosas do que aquelas que chegam ao conhecimento do poder público. Salienta-se que a falta de um marco legal que regulamente a punição de atos discriminatórios contra a população LGBT aprofunda a dificuldade de realização de diagnósticos estatísticos desta natureza. [...] Os números da pesquisa apontam para um quadro preocupante de homofobia no País, que, somado à ausência de uma legislação específica voltada a garantir a inserção da população LGBT no sistema jurídico, dificulta os diagnósticos oficiais do problema. (Disponível em <http://www.brasilpost.com.br/>)

o7) O Brasil, em especial, apresenta dados alarmantes. Segundo pesquisa da organização não governamental "Transgender Europe" (TGEU), rede europeia que apoia os direitos da população trans, trata-se do *país onde mais se matam travestis e transexuais no mundo*. Entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes de homens e mulheres trans brasileiras. Outro relatório sobre violência homofóbica e transfóbica no Brasil, publicado em 2012 pela Secretaria de Direitos Humanos, apontou quase 10 mil denúncias de violações de direitos humanos relacionadas à população LGBTI registradas pelo governo federal. Em 2011, esse número era de quase sete mil casos. (...)

[A ONU] Estabelece medidas específicas que os governos, em particular, devem tomar para coibir a violência e proteger os indivíduos de discriminação — incluindo medidas para melhorar a investigação e comunicação de crimes de ódio, tortura e maus-tratos, proibir a discriminação e rever e revogar todas as leis utilizadas para prender, punir ou discriminar pessoas com base em sua orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero. (<https://nacoesunidas.org>)

o8) Indagados sobre a existência ou não de preconceito contra as pessoas LGBT no Brasil, quase a totalidade das pessoas entrevistadas respondeu afirmativamente: acreditam que existe preconceito contra travestis 93% (para 73% *muito*, para 16% *um pouco*), contra transexuais 91% (respectivamente 71% e 17%), contra gays 92% (70% e 18%), contra lésbicas 92% (69% e 20%) e, tão frequente, mas um pouco menos intenso, 90% acham que no Brasil há preconceito contra bissexuais (para 64% *muito*, para 22% *um pouco*). Mas perguntados se são preconceituosos, apenas 29% admitiram ter preconceito contra travestis (e só 12% *muito*), 28% contra transexuais (11% *muito*), 27% contra lésbicas e bissexuais (10% *muito* para ambos) e 26% contra gays (9% *muito*). (<http://novo.fpabramo.org.br/>)